

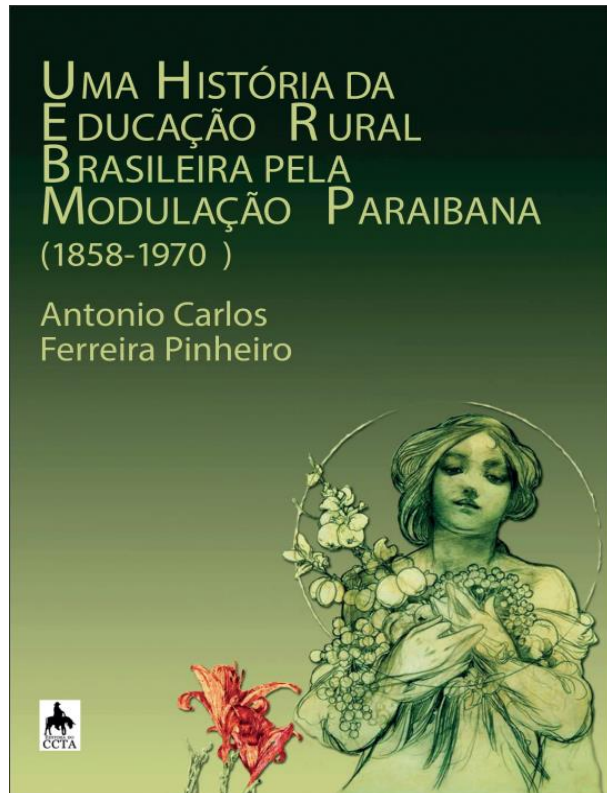


**Uma história da educação rural em cinco movimentos (1858-1970):
projetos intelectuais e ação política**

A history of rural education in five movements (1858-1970):
intellectual projects and political action

Una historia de la educación rural en cinco movimientos (1858-1970):
proyectos intelectuales y acción política

Luiz Mário Dantas Burity
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Pesquisador da Fundação Casa de José Américo – Bolsista FAPESQ-PB
<https://orcid.org/0000-0003-1357-1243>
<http://lattes.cnpq.br/0904231510287514>
marioburity@hotmail.com



PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira.
Uma história da educação rural brasileira pela modulação paraibana
(1858-1970). João Pessoa: CCTA, 2023.

Contam as lendas antigas que foi Deméter – deusa grega representada na capa do livro do professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro a partir de uma ilustração de Alphonsus Mucha no projeto gráfico de Carla Mary S. Oliveira – quem ensinou aos seres humanos a arte do plantio e da colheita. A agricultura, bem sabemos nós, é uma dádiva conhecida dos homens e das mulheres há mais ou menos 12 mil anos, quando o término da última era glacial deu lugar a condições de clima e de solo estáveis, nessa época geológica a que chamamos de Holoceno. Mas a agricultura, como atestam os mitos, é também um aprendizado, com ela carregamos o legado de um saber milenar precioso transmitido de geração para geração. As formas que a agricultura e os saberes que a contornam assumem em cada tempo e lugar são, e precisam ser, objetos da História.

O livro “Uma História da Educação Rural Brasileira pela Modulação Paraibana (1858-1970)”, do professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, conta uma dessas histórias, de como na contemporaneidade, ou na era dos nacionalismos – para usar a terminologia de Eric Hobsbawm (2012) – as instituições escolares, mais decididamente a Escola Rural, passaram a mediar ou arbitrar também o modo como os saberes sobre a agricultura eram transmitidos das gerações mais velhas para as gerações mais jovens. Nesse livro seminal, podemos ver com bastante nitidez os inúmeros esforços do poder público não só para escolarizar a população rural, mas também para direcionar a ela uma série de práticas racionais para o plantio e para a colheita, para o cuidado dos bichos, até mesmo para a economia doméstica.

Mas não se deixem enganar por essa expressão. Os projetos de escolarização rural foram muitos, mobilizados por políticas educacionais distintas, produzidas em diferentes contextos e por grupos políticos que conduziam o Estado a partir de diretrizes muito particulares. Muitas delas fracassaram, pelas razões mais variadas, como o autor nos conta ao final do primeiro capítulo. É que o livro do professor Antonio, e essa, em minha opinião, é uma de suas maiores qualidades, opera na longa duração. Temos aqui o autor do nosso clássico *Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba* (2002) em sua melhor forma, mas com reflexões mais maduras e, arrisco dizer, ainda mais consistentes nas posições adotadas.

O livro começa, portanto, em 1858, durante o governo do presidente de província Beaupaire Rohan, e se estende até os anos 1970, quando da publicação da Nova LDB. São mais de cem anos, em que ele percorre cinco movimentos – ou conjunturas – distintos em que esses projetos de escolarização rural foram pensados e nem sempre executados. Nesse sentido, o autor constrói a sua análise a partir dos conceitos e noções de tempo de Antonio Gramsci (2014), teórico atento à articulação entre os projetos intelectuais e as disposições de poder, concebendo que a construção de uma hegemonia não é atributo exclusivo da política, mas tem seus profundos enraizamentos na organização da cultura – daí o papel central da escola na vida cultural de um povo. Os movimentos conjunturais contam desses esforços e de como eles estruturam continuidades e rupturas.

A narrativa é estruturada em duas partes. A primeira parte “A educação rural em movimento” está organizada em cinco capítulos, cada um representando um momento da história da escolarização rural paraibana, articulando seus projetos intelectuais e as suas ações políticas. O capítulo um, “Ensino de Primeiras Letras no Meio Rural (1858-1897)”, registra as primeiras ações estatais constituídas para escolarizar a população habitante do mundo rural por meio de medidas “descentralizadas, assimétricas, descontínuas e difusas”. Nesses primeiros

esforços, não há um projeto eficiente de ensino agrícola para a população rural, limitando ao ensino dos rudimentos do saber em um currículo clássico do ensino primário – ler, escrever, contar e as primeiras noções de História e Geografia. A educação rural, aqui, se limita à escolarização que acontece no meio rural.

O segundo capítulo, “Educação Rural e a ‘Vocação Agrícola do Brasil’ (1898-1934)”, conta de um momento em que os intelectuais passaram a defender a educação rural como um caminho necessário para o desenvolvimento econômico e cultural em um país com uma “vocação essencialmente agrícola”. Nesse ponto, temos as primeiras aproximações entre a escolarização rural e a educação agrícola, ditando uma necessidade de um currículo voltando para a racionalização da agricultura na formação do modelo escolar que constitui a educação rural. O capítulo três, “De ‘Ensaio Propositivo às Políticas Públicas Educacionais para o Meio Rural (1935-1949)”, conta do movimento em que essas primeiras elaborações de um modelo de escola rural se estruturam como políticas públicas para efetivar a criação de escolas rurais. Aqui vemos com destaque o projeto da “Escola Rural” criado pelo professor Sizenando Costa e fundamental para compreendermos o modo como o estado está pensando/realizando esse projeto.

O quarto capítulo, “‘Nova dinâmica do desenvolvimento’ e a propagação de escolas rurais ‘para melhorar os índices de alfabetização’ (1950-1964)” discorre sobre o processo de massificação da escolarização rural por meio da construção de prédios e instalação de escolas rurais em grande quantidade, tendo como grande propósito reduzir os índices de analfabetismo. Esse é o momento em que os números da educação passaram a despertar atenção mundial como indicadores de desenvolvimento dos países. O capítulo cinco, “A contenção dos movimentos sociais do campo e a desaceleração da expansão de escolas rurais (1965-1970)”, apresenta o declínio desse momento escolar, a escola rural, em nome da ascensão de um novo modelo, a escola do campo, essa não mais estruturada a partir das demandas do poder público, para de racionalização do ensino agrícola, mas como pauta de luta dos movimentos sociais do campo.

A segunda parte do livro, intitulada “Formação de professoras/es rurais”, trata mais propriamente dessa importante dimensão da cultura escolar que é a formação de professores e professoras. O capítulo seis, “Processos formativos rápidos e emergenciais de professoras/es rurais”, aborda as iniciativas mais rápidas para a instrução dos saberes específicos necessários à educação rural, sobretudo o ensino agrícola. São elas as semanas pedagógicas, cursos rápidos e campanhas de educação. O sétimo e último capítulo, “Instituições escolares destinadas à formação de professoras/es rurais”, por sua vez, discute os processos de formação mais longa, com a Escola Rural Modelo e também a Escola Normal Rural, espaços específicos, voltados à formação de docentes para a atuação no mundo rural, pensando no modelo da escola rural.

A longa duração acionada pelo professor Antonio é um deleite para os leitores e as leitoras que buscam entender a história em seus movimentos mais amplos e complexos. Nesse sentido, o autor vai na contracorrente da historiografia contemporânea, que nas últimas décadas tem se debruçado sobre temas cada vez mais recortados. Mas que nem por isso deixa de olhar para os produtos culturais, como em sua maravilhosa análise do livro *ABC do Agricultor*, no segundo capítulo. Mérito de um “pesquisador maduro”, para usar a expressão da professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, em seu prefácio. Outra boa provocação em que o livro nos envolve está explícita em seu título “Uma História da Educação Rural Brasileira pela Modulação Paraibana (1858-1970)”, como um convite para repensarmos a nacionalidade e suas relações de poder a partir das histórias locais.

Encerro com uma imagem. Conta-se que foi durante uma grande fome no final do século V a. C. que os romanos mais pobres incorporaram a deusa Demeter, intitulada por eles de Ceres, ao seu calendário de cultos. Era ela, afinal, quem criava as boas condições de solo e clima para o plantio e a colheita. Arar a terra, cuidar do solo para que ele seja fértil por muitos anos, é também o que fazem os professores, as professoras em sua labuta diária, professores e professoras que são personagens caras desse livro e que é um título também caro ao seu autor. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro é um professor dedicado e orientador cuidadoso, com o qual eu e tantos outros, tantas outras estudantes guardam boas memórias e grandes aprendizados.

Referências

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere 2: os intelectuais, o princípio educacional, jornalismo*. Tradução de Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002.